

Título da Proposta: Grande Empresa, Território e Sociedade Rural: uma leitura sobre impactos sociais de um grande projeto florestal em Minas Gerais, Brasil

Autor: Múcio Tosta Gonçalves

Doutor em Ciências: Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA-UFRRJ

Filiação Institucional:

Centro Universitário UNA (Belo Horizonte – Minas Gerais)

Curso Superior de Administração Pública - Escola de Governo/FJP (Belo Horizonte – Minas Gerais)

Endereço institucional: Rua Aimorés, 1451 – BH – MG – 30140071

Telefone: 3274-2677

Fax: 3213-6900

Endereço residencial: Rua Dom Lúcio Antunes, 1082/302 – BH – MG - 30535630

Telefone: 3375-3941

E-mail: tosta@pucminas.br

E-mail: muciotg@netscape.net

Resumo:

As alterações espaciais provocadas pelo desmatamento e pela introdução de plantações florestais de grande extensão formam parte do processo de modernização que ocorreu no campo no estado de Minas Gerais, no Brasil. Essas alterações podem ser percebidas quando se analisa a história de duas regiões desse estado brasileiro, o chamado “quadrilátero ferrífero” e o Vale do Rio Doce, territórios de Mata Atlântica por onde se instalou e expandiu a atividade mineradora aurífera e de ferro e que foi também ocupado por populações camponesas e por uma economia agrária significativa, inclusive por conta da proximidade com a capital estadual.

A partir dos anos 1920, essa sociedade local foi submetida à ocupação territorial por várias empresas siderúrgicas (dentre as quais se destacam a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e a Acesita) e, a partir dos anos 1970, por uma produtora de pasta de celulose (a Celulose Nipo-Brasileira – Cenibra), todas elas originalmente consumidoras de madeira e formadoras de extensas monoculturas florestais de eucaliptos, o que alterou as formas sociais prevalecentes de produção e de reprodução social da população local bem como a organização territorial.

Tendo em vista a dependência que tais empresas citadas instaladas tinham e ainda têm da madeira, pode-se dizer que o seu impacto sobre o território não se reduziu à concentração fundiária, mas representou a apropriação industrial e uma interferência crescente no processo biológico de produção das fibras vegetais da madeira bem como a interferência na organização do trabalho florestal, condição essa imprescindível para a racionalização e o controle da força de trabalho empregada por elas.

Nesse contexto, o presente artigo analisa as condições políticas e técnicas que tornaram possível a transformação de territórios em locais de produção de plantações homogêneas de alta produtividade e quais foram os resultados desse processo em termos da evolução social dentro do território. Espera-se com isso contribuir para a elucidação de processos de produção de territórios que alimentem pesquisas comparativas futuras entre outros territórios do país e mesmo com outros territórios de outros países que passaram por processos similares.